

Grupo recebe hoje minuta da Região Metropolitana

A primeira versão da minuta do anteprojeto de lei propondo a institucionalização da Região Metropolitana de Vitória ficou pronta. Ela será apresentada hoje, às 14 horas, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), aos integrantes do grupo de trabalho, composto por membros indicados pelo governador Albuíno Azeredo e os cinco prefeitos da Grande Vitória, com a tarefa de preparar a redação final. A questão mais polêmica, relativa à criação de um fundo metropolitano, acabou eliminada do texto preliminar.

Na segunda reunião dos procuradores-gerais dos municípios da Grande Vitória com os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ontem, estiveram representadas apenas as Prefeituras de Vitória e Serra, além do procurador do Estado Aroldo Limonge, designado pelo governador para dar assessoria jurídica. Pelo IJSN, participaram o diretor-superintendente Antônio Marcos Carvalho Machado, a advogada Gláucia Maria Rezende Cardoso e a gerente do Departamento de Informações, Luciene Esteves Viana.

na. Vila Velha, Cariacica e Viana não compareceram.

Vereadores

A gestão da região metropolitana será exercida por um conselho deliberativo formado pelos cinco prefeitos, além de um representante do Governo do Estado, a ser nomeado pelo governador. O presidente desse colegiado terá um mandato de um ano, sendo vetada a reeleição. As decisões do Conselho só serão tomadas pela unanimidade de seus integrantes. Elas serão sob a forma de resolução.

O Conselho Deliberativo será assessorado pelo IJSN, autarquia com a função de fornecer apoio técnico, além de atuar também como secretaria-executiva do colegiado. Aroldo Limonge, porém, ficou de levar à apreciação do governador a permanência do IJSN nas funções estipuladas no texto. A indicação do IJSN foi apresentada pelos prefeitos da Grande Vitória, para evitar a criação de um órgão metropolitano. Albuíno chegou até a anunciar o fortalecimento do IJSN com esse fim. Limonge frisou não ser contra o IJSN, mas observou existir uma tendência de extinção dos institutos, entidades au-

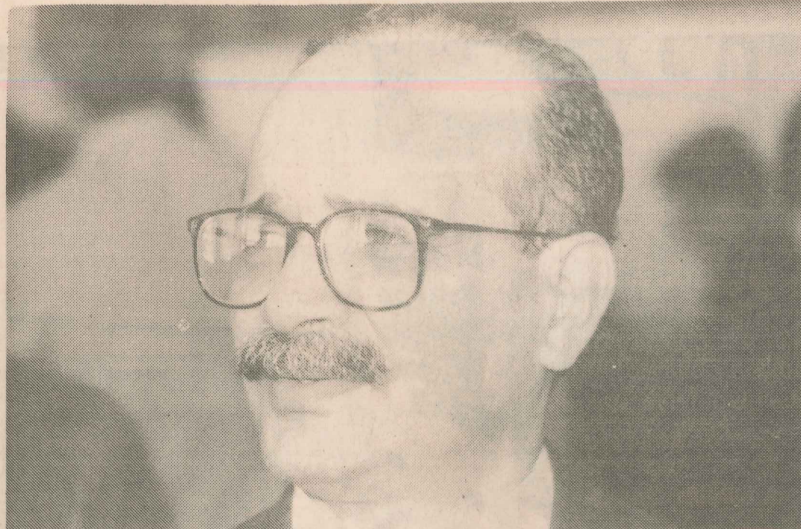


Foto de Gildo Loyola

O procurador Aroldo Limonge foi designado para assessorar a comissão comum aos cinco municípios. O procurador-geral de Vitória, José Arimathéia Campos Gomes, sugeriu a inclusão de representantes das câmaras municipais numa das instâncias estruturadas, para que os poderes legislativos de cada um dos cinco municípios se sentissem co-responsáveis pelas ações administrativas do Executivo. Ao final, foi decidido excluir, por enquanto, essa questão do texto para que ela volte ser a apresentada no encontro de hoje.

O Conselho será apoiado por câmaras técnicas setoriais ou comissões a serem formadas por representantes do Estado, dos cinco municípios e membros da sociedade civil. Elas serão definidas e regulamentadas pelo regimento interno do Conselho Deliberativo, de acordo com os temas de interesse

comum aos cinco municípios.

Ficou como uma das competências do Conselho Deliberativo definir as formas de financiamento das atividades decorrentes das funções públicas de interesse comum. Com essa decisão, o debate em torno da criação de um fundo metropolitano foi, por enquanto, arquivado. Vila Velha, Cariacica e o Governo do Estado eram favoráveis à criação desse dispositivo para corrigir as distorções da arrecadação de tributos diferenciada entre os municípios. Vitória e Serra eram contrárias, e Viana não tinha uma posição definida sobre a questão.

Também foi previsto no texto que as empresas concessionárias de serviços públicos (neste caso, encaixam-se Escelsa, Cesan, Telest, Ceturb, por exemplo) passariam a ser obrigadas a adequar suas ações ao planejamento integrado da Região Metropolitana de Vitória. A idéia é de os poderes públicos trabalharem em conjunto com essas empresas, vistas, muitas das vezes, como verdadeiros governos paralelos pelos prefeitos, devido à ação isolada que costumam desenvolver.

Como exemplos de funções públicas e serviços de interesse co-

mun que atendam a mais de um município foram especificados: a oferta habitacional de interesse social; o transporte coletivo e o sistema viário urbano; a segurança; o sistema de saúde; o saneamento básico, incluindo o abastecimento de água; esgoto sanitário; a disposição final de resíduos sólidos; a preservação do meio ambiente e o controle da qualidade ambiental; o desenvolvimento econômico e social com ênfase na geração de empregos e distribuição de renda; a disciplina do uso do solo metropolitano, além da unificação das campanhas institucionais e de caráter educativo.

A redação final da minuta deverá sair do encontro de hoje do grupo de trabalho, composto por 14 membros ao todo. Depois, ela será levada para avaliação do governador Albuíno Azeredo e os cinco prefeitos da Grande Vitória, numa reunião marcada para o próximo dia 23, às 9 horas, na sede da Prefeitura de Cariacica. O próximo passo será o governador encaminhar a mensagem à Assembleia Legislativa, na forma de projeto de lei complementar à Constituição Estadual.